



NOTAS SOBRE A CIDADE DE SÃO PAULO E A NATUREZA DE SEUS PARQUES URBANOS

NOTES ABOUT SÃO PAULO CITY AND ITS URBAN PARKS NATURE

V. 8, n.2 [13]
mai/ago (2016)

Dossiê: Cidade e Natureza

André Dalben
Universidade Estadual de Londrina
andredalben@uel.br

Resumo

O presente artigo aborda, por meio de revisão bibliográfica, a história dos parques urbanos de São Paulo. O recorte temporal adotado pela pesquisa se circunscreve a primeira metade do século XX. O seu objetivo é analisar os diferentes processos históricos que resultaram na criação de parte dos parques urbanos de São Paulo. O artigo encontra-se dividido em três momentos. O primeiro destina-se a análise do papel da iniciativa privada e dos poderes públicos na criação dos primeiros parques paulistanos. O segundo momento se circunscreve ao estudo dos diversos projetos urbanísticos formulados para a cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930. O terceiro momento se delimita na análise das propostas de vinculação dos parques urbanos à equipamentos públicos de recreação e educação ao ar livre.

Palavras-chave

São Paulo. História. Parques urbanos. Parques infantis. Recreação. Educação ao Ar Livre.

Abstract

The present paper approaches, with a bibliographic review, the history of the urban parks in the city of São Paulo. The time adopted in this research is the first half of the 20th century. Its main goal is to analyze the different historical processes that ended up in the construction of the urban parks in the city of São Paulo. The essay is divided in three parts. The first one analyzes the role of the private initiative and the public administration in the creation of the first urban parks in the city of São Paulo. The second one is circumscribed by the study of some urban projects formulated between the decades of 1920 and 1930. The third and last moment focuses on the analysis of proposals of the linkage between the urban parks and the public service of recreation and the outdoor education.

Keywords

São Paulo. History. Urban Parks. Playgrounds. Recreation. Outdoor Education.

1. Introdução

Atualmente a reivindicação e a criação de parques públicos se pautam sobretudo em questões ambientais, ecológicas, assim como em questões que tocam a ordem da vida pública, de prover a cidade de locais de convivência e para o uso coletivo da população. A partir do conhecido texto de Lefebvre (1969), "O direito à cidade", podemos pensar também na emergência de um direito à natureza dentro do espaço urbano como um direito coletivo (HENRIQUE, 2009). Em uma cidade como São Paulo, frequentemente caracterizada como cinzenta, caótica e estrangulada por interesses econômicos de ocupação de seu solo, o desejo pelos parques públicos parece se tornar cada vez mais proeminente. O fato da humanidade se encontrar diante de sérios problemas ambientais, mobiliza ainda mais as reivindicações que solicitam a reconfiguração do espaço público da cidade de São Paulo com a criação de novos parques urbanos e opções de recreação ao ar livre, sendo este o cerne de inúmeros debates entre a sociedade civil e os poderes públicos na atualidade.

Como expressado por Marc Bloch (2001), são as indagações impostas pelo tempo presente que nos fazem estudar o passado. Nesse sentido, as premissas apontadas levaram-me a procurar compreender como se deram as interações entre o espaço urbano, as relações humanas e a natureza existente em São Paulo antes que seu processo de industrialização e verticalização se intensificasse a partir da década de 1950. Tendo em vista que a configuração dos primeiros contornos que a cidade de São Paulo viria a assumir se consolidou na primeira metade do século XX, com a intensificação do loteamento de seus espaços livres e a instalação de suas primeiras estruturas urbanas, cabe-nos perguntar como foi possível que a construção da cidade de São Paulo reservasse tão poucas áreas verdes públicas para os seus moradores¹. A revisão bibliográfica realizada procurou, assim, compreender os processos históricos que possibilitaram a criação de parte dos parques públicos hoje existentes na cidade de São Paulo, assim como analisar os papéis assumidos pelos poderes públicos e pela iniciativa privada no sentido de prover a cidade de espaços propícios tanto para a

¹ Segundo dados da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo, a cidade conta atualmente com 14,07m² de área verde por habitante. Embora esteja acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (12m²), o índice encontra-se muito abaixo de outras cidades brasileiras. É preciso ponderar também que a distribuição de áreas verdes pela malha urbana de São Paulo é bastante desigual. Um outro fator necessário a se ter em conta é que ao se considerar especialmente os parques e praças da cidade, o seu conjunto não ultrapassa o diminuto índice de 2,88m².

recreação quanto para a educação realizadas junto à natureza no interior do meio ambiente urbano

Nota 1 – Natureza, paisagem urbana e divertimentos ao ar livre

Como veremos ao longo do artigo, questões ambientais e sociais nem sempre pautaram a criação dos parques públicos paulistanos. De acordo com Macedo e Sakata (2010), os parques que foram criados no Brasil antes do século XX não visavam atender necessariamente às demandas das massas urbanas. Em sua grande maioria, os parques construídos nesta época espelhavam a preocupação das elites em construir uma figuração urbana compatível com seus interlocutores internacionais. Nesse sentido, esses espaços adquiriam atributos singulares de uma busca de equiparação simbólica das capitais brasileiras com suas congêneres europeias. Na maioria dos casos, era a função estética do parque que se sobressaía, de construir um cenário para o deleite do olhar. Esse momento inicial, que se estendeu até o início do século XX, foi caracterizado pelo parque contemplativo, concebido principalmente para o desfrute das famílias dos barões do café e da nova elite urbana. Plantas exóticas eram misturadas às espécies nativas e elementos paisagísticos pitorescos e românticos, como estátuas e chafarizes, eram agregados ao espaço. Tratava-se sobretudo de um grande cenário, de um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, que no caso da capital paulista se expressou principalmente nos grandes jardins que circundavam os casarões construídos pela oligarquia cafeeira e nos parques privados criados durante a passagem do século XIX para o século XX (MACEDO, 1999).

Na cidade de São Paulo, os bairros nobres de Campos Elísios (1879) e Higienópolis (1893) foram grandes exemplos desta remodelação cenográfica da natureza para usos privativos. Os seus palacetes eram cercados por extensos jardins de caráter contemplativo e que serviam também para encontros familiares, almoços sofisticados, bailes e piqueniques. Tratavam-se de práticas intramuros que faziam parte da vida privada da elite paulistana. Os empreendimentos desses dois bairros não os dotou de nenhum parque público. De acordo com Macedo (1999, p.45), pela avenida Higienópolis, o mais elegante bulevar da cidade, costumavam passear “nos fins de tarde, as famílias residentes nela ou nas suas vizinhanças, encontrando amigos e deslocando-se até o mirante ao final da avenida”. Conhecida como *footing*, essa prática se constituía como uma forma de distinção social e de sociabilidade exclusiva às famílias mais abastadas da cidade. A Praça Buenos Aires, com projeto do arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard (1840-1920), seria implementada pela prefeitura no bairro de Higienópolis somente em 1917 (KLIASS, 1993).

Fato marcante na história da elite urbana paulistana foi também a construção da Avenida Paulista em 1891, fruto da iniciativa de empreendedores imobiliários que reservaram dois quarteirões em meio ao loteamento do bairro para a implementação de um parque com o intuito de conferir uma valorização estética e econômica ainda maior aos terrenos vizinhos. Segundo Kliass (1993), este fora o primeiro caso na história da cidade de São Paulo de criação de um parque voltado especialmente à valorização imobiliária. Conforme analisado por Oliveira (2008), os projetos da Avenida Paulista e de seu parque apropriaram-se de dois modelos urbanísticos distintos, mas que priorizavam por áreas arborizadas e ajardinadas. No caso da avenida, esta fora concebida segundo a tradição dos bulevares parisienses, ricamente arborizados para a prática do *corso* ou do *footing*; enquanto que o projeto do parque tomou por referência o modelo inglês das *squares*, um jardim fechado contornado por uma via pública que conferia acesso às casas do entorno e cujo ingresso era restrito aos seus moradores².

O projeto e a execução do parque ficaram a cargo Paul Villon (1841-1905)³, responsável por conservar um fragmento da mata nativa remanescente no local e incorporá-la como elemento cênico de um percurso de caminhos sinuosos. O arquiteto-paisagista francês projetou também recantos para descanso e a construção de um pavilhão restaurante de onde se poderia escutar uma orquestra tocada sempre aos domingos (KLIASS, 1993). Ao unir traçados de caminhos românticos com a mata atlântica preservada, o novo parque se consolidou como símbolo de atualidade cultural e de riqueza da nova elite urbana de São Paulo, sendo muito frequentado pelos vizinhos da recente urbanização da Avenida Paulista. O parque permaneceu como de responsabilidade da iniciativa privada por dezenove anos, até se tornar propriedade do município em 1911, quando o terreno foi comprado pela prefeitura do seu então proprietário Francisco Matarazzo (BARTALINI, 1999).

Em 1916, no terreno situado na sua frente, do outro lado da avenida, fora construído o Belvedere Trianon, de onde se podia avistar o centro da cidade. O recinto, ricamente decorado, foi palco de jantares, bailes e chás da tarde, consolidando-se como ponto de encontro da alta sociedade da época (REIS FILHO, 1994). Desde a inauguração do mirante, o parque adjacente também passou a ser conhecido pelo nome de Trianon. A integração definitiva entre os dois seria concretizada em 1918, quando a prefeitura

² A respeito dos conceitos de bulevar e *square* conferir também Macedo, 1999; Segawa, 1996.

³ Paul Villon, de nacionalidade francesa, se encontrava trabalhando na Diretoria dos Jardins Públicos, Arborização e Florestas da Cidade do Rio de Janeiro. O parque da Avenida Paulista foi nomeado em sua homenagem como Parque Villon. Nos dias atuais recebe o nome de Parque Siqueira Campos.

investiu na contratação do urbanista inglês Barry Parker (1867-1947)⁴ para a remodelação dos jardins do parque. Nas palavras do arquiteto: "Fazia-se necessário um esquema que fundisse o parque e o Trianon numa composição arquitetônica, [que] fizesse o parque e o Trianon servirem à decoração da Avenida Paulista, que é o que eles deveriam ser" (PARKER, 1919). Abriam-se clareiras no parque, novos caminhos foram desenhados e introduziram-se elementos arquitetônicos pitorescos, como estátuas e uma extensa pérgola sustentada por colunas que passaram a identificar a sua entrada. Organizava-se, assim, um conjunto esteticamente articulado entre o parque e o belvedere, criando uma composição harmônica para embelezar a avenida e para os divertimentos das abastadas famílias que passaram a morar no seu entorno. Observa-se, assim, que, apesar do parque ter deixado de ser um espaço privado em 1911, com a sua compra pela prefeitura, esse fato não garantiu sua democratização e a sua utilização pela população como um todo. O investimento público que recebera em 1916, restringiu ainda mais a sua função de aparelho urbano exclusivo à sociabilidade da então elite político-econômica da capital paulista.

Ainda na virada do século, foram criados em São Paulo outros três parques privados, ou seja, concebidos e administrados por empresas particulares: o Parque Antártica (1900), o Bosque da Saúde (190?) e o Parque da Aclimação (1892). No caso dos dois primeiros, os terrenos eram de propriedade da Companhia Antártica Paulista e se situavam em locais longínquos ao núcleo urbano, sendo necessário, assim, o deslocamento por meio dos bondes elétricos da Companhia Light para alcançá-los. Segundo memórias recolhidas por Bartalini (1999), os dois parques eram ricamente equipados com espaços próprios para piqueniques, lagos, canchas de bocha, aparelhos de ginástica, riques de patinação e luta, locais adequado para a prática de tiro-ao-alvo e de disputas de corridas a pé, roda gigante, brinquedos infantis, coreto para apresentação de bandas e orquestras, incluindo ainda cinema ao ar livre, salões de baile, restaurantes, bares e os campos de futebol onde eram realizadas inúmeras partidas entre os clubes existentes na cidade.

Os dois parques não eram de caráter contemplativo, como no caso do Parque Villon, mas locais que ofereciam uma série de possibilidades de passatempos, como

⁴ Barry Parker se encontrava na cidade, a serviço da Companhia City, para planejar o loteamento do Jardim América. Os bairros-jardins paulistanos foram bastante exemplares do processo de remodelação da natureza para usos exclusivos e privativos, constituindo-se, até os dias atuais, como bairros intensamente arborizados, mas reservados à moradia das famílias mais abastadas de São Paulo (SEGAWA, 2000).

eram conhecidos os divertimentos ao ar livre na época. A entrada nos parques e o usufruto de seus equipamentos se faziam, no entanto, mediante pagamento de ingresso, havendo ainda o empecilho de se situarem distantes do centro urbano. No ano seguinte a abertura do Parque Antártica, essa realidade viria a se alterar por meio de um acordo estabelecido entre a prefeitura e a Companhia Antártica para o gozo público do parque, ou seja, para torná-lo livre de cobrança de entrada em troca da isenção de impostos dos estabelecimentos comerciais existente no seu interior, com um prazo que se estenderia por vinte anos⁵. Um outro convênio também foi firmado entre a Companhia Antártica e a Light para a redução das tarifas dos bondes que possibilitavam o acesso ao parque. O Parque Antártica logo se tornou muito frequentado por famílias de pequenos negociantes e funcionários públicos, principalmente nos finais de semana. Existem relatos também de que o Parque Antártica e o Bosque da Saúde foram usados pelas escolas filantrópicas mantidas pela Loja Maçônica Sete de Setembro para realização de suas aulas de educação física e alguns piqueniques em ocasiões especiais (ESCOLAS, 1921; MAGALHÃES, 2013). O acordo estabelecido entre a Companhia Antártica e a prefeitura, no entanto, durou, como bem verificado por Bartalini (1999, p.67), “o tempo dos interesses do capital. Antes de completar os vinte anos previstos na lei o parque foi alugado, em 1916, para os treinos do Palestra Itália, sendo finalmente vendido àquela associação esportiva em 1920”. No caso do Bosque da Saúde, com a intensificação dos loteamentos que extrapolavam o núcleo urbano de São Paulo durante a década de 1920, a área do parque foi engolida pela especulação imobiliária e os paulistanos também deixaram de contar com este local próprio aos divertimentos ao ar livre.

Um outro parque privado bastante frequentado, já no final do século XIX, fora o Parque da Aclimação. A sua implementação foi de responsabilidade do médico Carlos José de Arruda Botelho (1855-1947) que criou uma empresa de cultivo e aclimação de plantas exóticas para a agricultura e de um estábulo para reprodução e hibridação de animais com fins econômicos. Em 1910, teve início a criação do zoológico que viria conferir grande fama ao local. Nessa mesma época, a Sociedade Hípica de São Paulo estabeleceu sua sede no parque e piqueniques e chás da tarde começaram a ser realizados por famílias da sociedade paulistana que partiam em cortejos de carro do centro da cidade. O seu apogeu, segundo Dórea (1982), se deu na década de 1920, quando passou a contar com uma série de equipamentos esportivos e restaurante. Por

⁵ Segundo com Bartalini (1999), esse tipo de acordo se limitou unicamente ao caso do Parque Antártica.

se tratar de um parque privado, era cobrada uma taxa de entrada. Distante do núcleo urbano, o acesso se fazia por carro ou por meio do bonde elétrico que partia aos domingos e feriados. No início da década de 1930, a família Botelho começou a desmembrar a gleba, no entanto, diferentemente Parque da Saúde que desapareceu em vista dos interesses imobiliários, o Parque da Aclimação se manteve entre os loteamentos vendidos, sendo comprado pela prefeitura em 1939. A aquisição pela prefeitura, no entanto, não se repercutiu em melhorias, como ocorrera décadas antes com o Parque Villon. A partir dessa data, o parque conheceria anos de decadência antes de ser recuperado em 1955.

Como podemos observar, a iniciativa privada teve participação relevante no processo de criação de diversos parques em São Paulo, no entanto, a continuidade dessas iniciativas ficava a critério de seus proprietários e das circunstâncias econômicas. No caso do Parque Villon, a compra de seu terreno pela prefeitura acabou por torná-lo ainda mais exclusivo, sendo usufruído majoritariamente pelos moradores do aristocrático bairro do entorno da Avenida Paulista, enquanto que no caso do Parque da Aclimação representou a sua decadência, com o encerramento da maior parte de suas atrações. Por outro lado, ao analisar a história desses parques em uma duração histórica mais ampla, é possível perceber que a sua aquisição pelo setor público garantiu a preservação, em certa medida, da paisagem cultural paulistana da primeira metade do século XX, permanecendo até os dias atuais como importantes áreas verdes em meio a metrópole (MAGALHÃES, 2015).

É necessário destacar que São Paulo não era uma cidade tão povoada no início do século XX, havendo um grande cinturão de chácaras ao redor do seu centro e inúmeros vazios urbanos. É possível mesmo afirmar que muitas das áreas desocupadas em meio à cidade nascente ofereciam ao novo imaginário urbano a representação de um local onde o viver rural insistia em se apresentar. Representavam os tempos passados que tanto assombravam uma nova elite urbana que tinha no futuro, na modernidade, a sua grande aposta. Representavam uma natureza que deveria ser superada e reinventada com contornos urbanos, sendo os parques privados e os bairros jardins suas maiores expressões. Apesar de não serem tão divulgados nos jornais da época quanto os piqueniques⁶ das famílias com maiores posses, São Paulo também

⁶ De modo geral, a história dos piqueniques ou convescotes, como eram conhecidos na época, ainda esta por se fazer em São Paulo. Há indícios de que eram realizados não apenas pela elite paulistana, mas por diversas classes sociais, em especial pelas famílias de imigrantes operários (SOARES, 2016).

contava com uma grande quantidade de divertimentos informais realizados pelas classes mais populares em seus inúmeros vazios urbanos e nas várzeas de seus rios. Até meados da década de 1940, São Paulo ainda conservava suficientes recantos bucólicos nas proximidades do seu núcleo urbano, e mesmo dentro da cidade, a ponto de serem facilmente alcançados a pé. Um número significativo de jovens se exercitava no rio Tietê, principalmente na região conhecida como Floresta, junto a Ponte Grande. Neste local nadavam e saltavam em suas águas, conduziam barcos a remo, brincavam em suas ilhas e nas lagoas de suas várzeas, colhiam frutas e caçavam pequenos animais. Terminada a jornada de trabalho nas fábricas, muitas crianças procuravam o rio e suas margens para brincar e se distrair, para recuperar sua infância roubada pelas árduas tarefas fabris. O futebol de várzea, como o próprio nome já diz, era praticado tanto nas imediações do Tietê quanto do rio Tamanduateí. Principalmente nos fins de semana, os jogadores invadiam com suas bolas o pasto de vacas e burros. A febre contagiante das "peladas" e dos jogos de rua invadia, de fato, diversos cantos da cidade, mesmo sob o olhar atento das autoridades que constantemente os qualificavam como baderna ou arruaça (JORGE, 2006; NICOLINI, 2001).

É possível, assim, observar uma dinâmica bastante específica referente ao uso da natureza ainda existente na cidade de São Paulo. Enquanto que nos vazios urbanos e nos terrenos baldios localizados às margens dos rios, os espaços de divertimento se arranjavam ao sabor do acaso, no Parque Villon e na praça Buenos Aires o poder público investia em projetos paisagísticos encomendados à urbanistas estrangeiros renomados (BARTALINI, 1999). Os parques criados pela iniciativa privada distantes do centro urbano, por sua vez, apesar de abrangerem uma parcela mais ampla da população, teriam sua existência comprometida em virtude de interesses econômicos, como o loteamento de suas áreas. É certo que havia um certo trânsito populacional entre as áreas de várzea e os parques mais centrais, comparecendo a elite às margens dos rios para acompanhar uma série de provas esportivas ou então para frequentar os clubes da região Floresta. Em algumas situações, como nos coloca Sevcenko (1992), a população mais pobre também procurava pelos divertimentos característicos do universo urbano presentes em algumas praças e jardins das primeiras décadas do século XX, especialmente no Jardim da Luz⁷. No entanto, é possível afirmar que a

⁷ O Jardim da Luz se configura como um capítulo a parte na história dos parques públicos paulistanos. Foi criado ainda no período colonial para servir como horto florestal, mas acabou se tornando em passeio público. Com a construção da Estação Ferroviária da Luz na sua frente em 1865, se transformou no grande cartão postal da cidade. Ao longo de sua história, foi ponto de encontro e divertimentos tanto da população imigrante que chegava na cidade pelo estação ferroviária quanto da elite paulistana, tendo sofrido diversos

criação de parques em São Paulo neste primeiro momento, enquanto uma questão política, não esteve atrelada a uma reivindicação da população como um todo. Fora resultado de ações pontuais voltadas majoritariamente às elites desejosas de estabelecer uma figuração urbana e moderna para a São Paulo da época. De modo geral, as ações da prefeitura em prover a cidade de parques nesse primeiro período histórico foram bastante exíguas. Conforme analisado por Bartalini (1999), a farta disponibilidade de vazios ainda não alcançados pela urbanização possibilitava a sua apropriação informal pela população para a prática de inúmeras formas de divertimentos, evitando pressões “incômodas” sobre a prefeitura no sentido de prover a cidade de espaços verdes para a recreação pública e gratuita.

Nota 2 – Natureza urbana: entre projetos e realizações

A capital paulista apresentou um intenso aumento populacional nas primeiras décadas do século XX. O número de 239.820 moradores existentes em 1900 viria a dobrar para 579.033 depois de vinte anos, atingindo em 1940 a expressiva marca de 1.326.261 (EMPLASA, 1980). Esses números acompanharam a sua ocupação territorial, sendo possível prever que os abundantes vazios urbanos de outrora logo se tornariam cada vez mais reduzidos e escassos caso não se planejasse o crescimento da cidade. É certo que a criação de parques nesse período poderia ter conferido outras feições para a atual capital paulista, tendo representado esse o momento crucial para preservar suas áreas verdes (KLIASS, 1993).

Por paradoxal que possa parecer inicialmente, projetos e planos urbanísticos que priorizassem pela criação de parques não faltaram na história da cidade de São Paulo. Como concluído por Oliveira (2008), foi justamente quando se começou a aventar a possibilidade de planejamentos mais consistentes para a cidade de São Paulo que realmente foi considerada a ideia do parque público para usufruto da população como um todo. Conforme analisado anteriormente, a figura do parque apareceu inicialmente na cidade de São Paulo como uma vontade de embelezamento urbano e de criação de espaços para os divertimentos das classes mais favorecidas economicamente. Esta realidade viria a se alterar com os primeiros planos urbanísticos desenvolvidos para organizar o seu crescimento, sendo os parques e sistemas de parques considerados como chave do planejamento da cidade e de conexão do tecido urbano paulistano.

períodos de abandono antes de ser revitalizado em 2000. A respeito da história particular do Jardim da Luz conferir Dias, Ohtake (2011).

Os primeiros projetos foram concebidos em função da construção do Teatro Municipal, o qual teve a sua edificação finalizada, em uma das colinas do vale do Anhangabaú, no ano de 1911. Três propostas foram apresentadas, não apenas para conferir embelezamento ainda maior ao portentoso edifício, mas para o remodelamento de seu entorno urbano como um todo. Segundo Segawa (2000), este fora um dos primeiros casos de disputas entre os governos estadual e municipal e a iniciativa privada no sentido de definir os rumos urbanísticos de São Paulo. Entre os projetos apresentados destacam-se o de Victor da Silva Freire (1869-1951), solicitado pela administração municipal, e o projeto encomendado, posteriormente, a Joseph-Antoine Bouvard e que daria fim as disputas da ocasião. O primeiro projeto, conhecido como Freire-Guilhem, propunha a criação de um anel viário no entorno do núcleo urbano, distribuindo o tráfego de veículos e conectando diferentes áreas verdes, como os parques do Anhangabaú e o da Várzea do Carmo, a serem criados. O projeto dissertava ainda sobre a necessidade de se pulverizar inúmeras áreas verdes de pequeno e médio porte pelo tecido urbano e conectá-las por vias ricamente arborizadas (OLIVEIRA, 2008). A figura do parque público aparecia, assim, não mais como um espaço relativamente autônomo, mas se articulava como um instrumento efetivo de planejamento urbano. O plano de Bouvard, por sua vez, seguiu princípios muito semelhantes ao projeto Freire-Guilhem, mas com uma escala maior de intervenção no tecido urbano. A sua proposta incluía um conjunto de passeios interiores, definidos por um circuito que interligaria praças, parques e mirantes por meio de ruas e avenidas densamente arborizadas. Para a criação do circuito, pretendia-se aproveitar o já existente Parque Villon e criar a praça Buenos Aires com o seu mirante. Para além do Parque do Anhangabaú e da Várzea do Carmo, o projeto previa ainda a construção de um terceiro parque na Região Floresta, próximo a Ponte Grande (atual Ponte das Bandeiras) (BARTALINI, 1992).

A criação de parte do sistema de parques propostos por Bouvard se deu nas administrações municipais posteriores. O Parque do Anhangabaú e a Praça Buenos Aires foram concluídos em 1918 e o Parque da Várzea do Carmo foi inaugurado no ano de 1922, quando passou a ser denominado como Parque Dom Pedro II. No caso do Parque Floresta, apesar do município ter adquirido terrenos junto às várzeas do rio Tietê para a sua criação, prevendo a instalação de equipamentos para a prática da natação e esportes náuticos, este nunca fora sequer iniciado, permanecendo o uso improvisado de sua área para os divertimentos informais ou para as práticas corporais dos clubes privados instalados na região (BARTALINI, 1992). A criação do Parque do Anhangabaú,

junto à colina do centro histórico, transformou bastante a paisagem local, antes dominada por fundos de quintal, para se tornar em elegante moldura para os novos palacetes da “capital do café”. O parque se tornou na grande fachada dos novos bairros criados pela elite paulistana do outro lado da colina, promovendo a sua valorização imobiliária. Enquanto parque contemplativo, tornara-se também o grande cenário para o edifício do Teatro Municipal.

No caso da região da Várzea do Carmo, cortada pelo rio Tamanduateí e vizinha aos bairros operários do Brás e da Mooca, o seu emprego para divertimentos informais vinha de longa data. Em 1870 recebera intervenção paisagística para a criação de uma ilha artificial que fora bastante empregada, nos dias mais quentes, para banhos de rio. Do Tamanduateí também se retirou grande parte do cascalho empregado na construção da cidade ao longo do século XIX. Pelas suas águas foram transportadas as pedras para a construção do Teatro Municipal. Devido ao fato de receber grande parte dos dejetos da cidade, já no século XIX, o rio passou a representar um sério problema de saúde pública, sendo frequentes as suas enchentes no período de vazante. O projeto do parque, todavia, poderia resolver parte do problema. Ao mesmo tempo em que poderia sanear o terreno e valorizar os futuros imóveis do seu entorno, poderia também garantir espaços e equipamentos para a realização de práticas esportivas e recreativas pelos moradores dos bairros populares adjacentes, uma vez que a presença esportiva, principalmente o futebol, já era grande no meio operário paulistano. Esta fora exatamente a proposta apresentada por Francisque Cochet na elaboração do paisagismo do parque, prevendo uma extensa rede de passeios, lago com uma ilha onde se instalaria um restaurante, espaços próprios para uma ampla gama de práticas esportivas, como futebol, hockey, beisebol, boliche, tênis e patinação, ginásio coberto, áreas de jogos e de ginástica específicas para crianças e até um cine-teatro e um anfiteatro ao ar livre. Para gerir toda essa gama de recreações, o arquiteto-paisagista propusera um pavilhão para sediar a administração do parque. A ideia era transformá-lo no grande parque central da cidade de São Paulo. No entanto, entre a idealização dos projetos e a sua concretização, um abismo muitas vezes se impunha e o parque fora inaugurado em 1922 sem contar com nenhum dos equipamentos programados. A empreiteira contratada para a sua execução não havia terminado sequer parte das obras de jardinagem. Se por um lado foram resolvidos os problemas de saneamento do vale do Anhangabaú e da Várzea do Carmo com a criação dos dois parques, a recreação continuaria a ser realizada de forma improvisada pela população mais pobre. Como bem observado por Bartalini (1999, p.79) “o espaço do lúdico, da descontração, da

informalidade, do cultivo ou do gozo do corpo, ainda permaneceria nas sobras da urbanização – os terrenos baldios nas várzeas”.

Narrar a história dos parques da cidade de São Paulo, é também contar uma história de perdas. Mesmo com a elaboração de diversos planos que previam a criação, não apenas de parque pontuais na cidade, mas de verdadeiros sistemas de parques articulados com a sua malha urbana, como nos revela Oliveira (2008), a máquina administrativa nem sempre apresentou capacidade de dar continuidade às ações estabelecidas nesses projetos. Em muitos casos, quando não era o espaço do parque engolido pela cidade, era a oportunidade de tê-los implementados que se esvaía ao longo do tempo. Diversos planos, por exemplo, começaram a ser concebidos na década de 1920 para a canalização dos rios Tietê e Pinheiros de modo a preservar as áreas verdes de suas margens. A proposta elaborada em 1919 pelo urbanista inglês Barry Parker consistia na manutenção de um amplo cinturão verde ao redor de toda a cidade de São Paulo, denominado como Park Ring, e que aproveitaria as margens do rio Tietê para a criação de grandes parques. A ideia foi empregada, já em menor proporção, pelo engenheiro João Florence de Ulhôa Cintra (1887-1944) ao sugerir em 1922 a criação de um *parkway* ao longo das margens do rio Tietê.

O plano mais abrangente, no entanto, foi o elaborado pelo engenheiro Saturnino de Brito (1864-1929), encarregado de projetar em 1923 a canalização e regularização do rio Tietê de modo a evitar as inundações, regular a navegação no leito do rio, controlar o lançamento de esgotos em suas águas e propor a ocupação dos terrenos localizados em suas margens (fig.1). A solução encontrada previa a criação de dois lagos resultantes do manejo de terras das obras a serem realizadas e que poderiam ser usados para a prática da natação e de esportes náuticos. Previa também a manutenção de amplas áreas marginais como espaços verdes de escoamento do leito fluvial durante suas inundações periódicas. Junto aos reservatórios naturais de regularização do regime fluvial, Saturnino de Brito projetou a criação de parques e jardins de uso público.

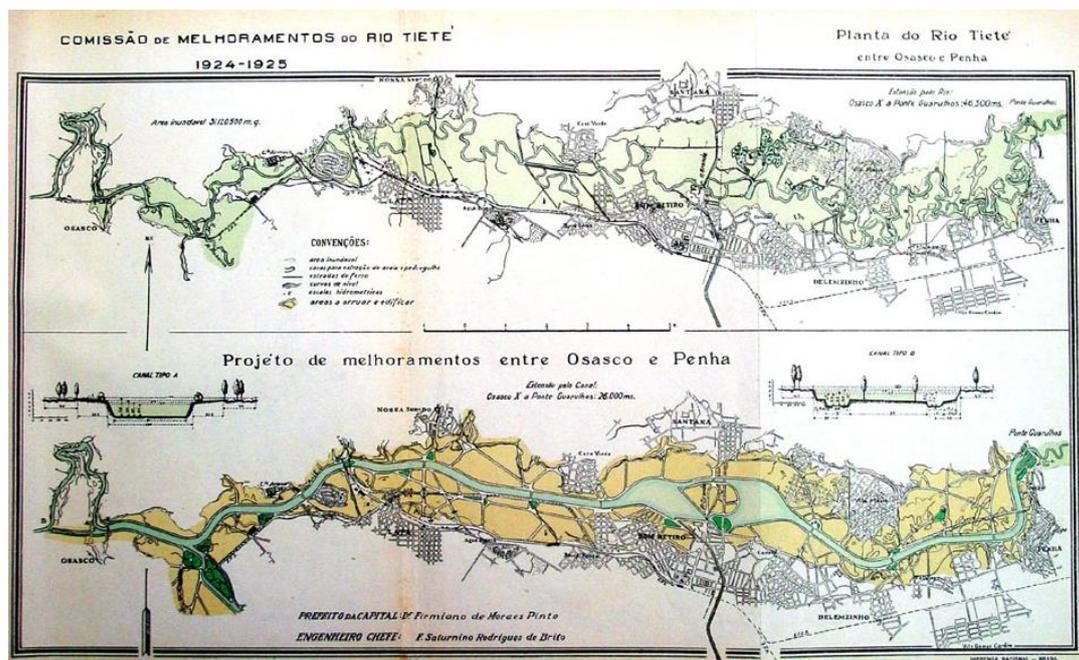


Figura 1 - Projeto de canalização do Rio Tietê elaborado por Saturnino de Brito

Fonte: BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. Obras Completas de Saturnino de Brito: Projetos e Relatórios. v.9, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

Os lagos e os parques, no entanto, não foram aprovados pela administração municipal, perdendo a cidade a oportunidade de contar com um amplo conjunto de parques e equipamentos náuticos junto ao seu principal rio (OLIVEIRA, 2008; BARTALINI, 1999). Cabe lembrar que, anos antes, Bouvard também havia projetado um parque na região da Ponte Grande, o Parque Floresta, o qual também não sairia do papel.

Em pouco tempo, o aprendizado do nado em São Paulo não se faria mais nas águas de seus rios, o brincar não teria mais espaço nesta natureza que se urbanizava, neste rio que começaria a emanar odores fétidos por conta da industrialização e de um processo de ocupação sem planejamento e desumano. Do rio que propiciou uma vida ao ar livre de feições rurais, que permitiu a retirada de grande parte dos materiais para a construção da cidade, passando pelo "rio do esporte", o Tietê transformou-se, até os dias atuais, no "rio que a cidade perdeu"⁸. Em suas margens não se encontram os parques outrora projetados para usufruto da população, mas as avenidas expressas

⁸ A expressão "rio do esporte" se refere ao título da obra de Nicolini (2001), na qual analisou as práticas esportivas realizadas nas águas do Tietê e a concentração de grande número de clubes em suas margens junto a Ponte Grande, na região conhecida antigamente como Floresta. A expressão "o rio que a cidade perdeu" se refere a obra de Jorge (2006), na qual analisou o processo de degradação ambiental sofrido pelo Tietê ao longo de sua história.

construídas entre as décadas de 1950 e 1970 e que priorizaram o transporte individual motorizado.

É importante observar que a oposição entre elementos como parque e avenida não estava presente em grande parte dos projetos urbanísticos formulados para a cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XX. O próprio Plano de Avenidas, apresentado em 1930 pelo engenheiro Francisco Prestes Maia (1896-1965), procurava interligar esses dois elementos urbanos. O seu projeto urbanístico estabelecia um sistema radial-perimetral que previa a comunhão entre um novo sistema viário para a cidade e uma rede de parques. Pensados em conjunto, o sistema viário e o de parques se estruturavam em três anéis que conectariam os diversos parques pré-existentes, assim como aqueles propostos para serem criados. As radiais teriam a função de conectar os bairros ao centro e perpassariam áreas de parques, interligando-os ao grande cinturão verde previsto no entorno da cidade⁹. Tratava-se de um projeto ambicioso que visava preparar a cidade para a construção de uma metrópole moderna sem deixar de considerar os parques como elementos fundamentais para o convívio público. O plano não se restringia apenas ao sistema viário. Consistia em uma proposta na qual a preocupação com a criação de parques e áreas verdes era estruturante (OLIVEIRA, 2008).

Entre o projeto formulado e a sua efetiva implementação, no entanto, os parques permaneceram tão somente na ordem do discurso, sendo a filosofia inicial do plano abandonada e o investimento em novas avenidas priorizado em absoluto. É interessante observar que no momento da formulação do projeto, Prestes Maia mantinha um discurso bastante reticente a respeito da realização de grandes demolições, o que não se efetivou ao assumir a prefeitura de São Paulo entre os anos de 1938 e 1945. Em sua administração, a prioridade se consolidou na construção de grandes avenidas e conjuntos monumentais como elementos representativos do poderio da metrópole, dando oportunidade ainda para a construção de grandes arranha-céus. Os sistemas de parques foram suprimidos, dando lugar a diminutas praças como meros elementos estéticos dos traçados viários. Estranguladas pelas grandes avenidas, as praças seriam impossibilitadas de utilização pública propriamente dita, sendo geralmente conformadas por simples gramados quadrangulares cruzados por caminhos

⁹ Muito embora nunca se tenha concretizada, a proposta de se criar um cinturão verde ao redor de São Paulo, inicialmente concebida por Parker, fora constantemente apropriado por outros urbanistas ao longo da história da cidade de São Paulo.

retilíneos (OLIVEIRA, 2008; BARTALINI, 1999). No que se refere especificamente ao Parque Dom Pedro II, foi na administração de Prestes Maia que se iniciou o seu processo de desaparecimento. Parte de suas áreas foram ocupadas pelo alargamento de avenidas e pela construção de novas vias de circulação automotiva. “As obras não somente afetaram seu espaço propriamente dito como descaracterizaram-no enquanto equipamento urbano, isolando-o do Brás, região de onde provinha a maioria de seus usuários” (KLIASS, 1993, p.129). Perdida a função para a qual fora projetado, de ser o grande parque central da cidade de São Paulo, a sua área seria engolida por viadutos nas décadas posteriores. A prática urbanística de Prestes Maia, baseada na construção de vias de deslocamento rápido e sem a previsão de ocupação e de uso do solo, propiciava o crescimento progressivo e ilimitado da cidade. O grande cinturão verde ao redor de São Paulo, proposto no Plano de Avenidas, assim como por diversos outros urbanistas, jamais chegou a ser realizado, sendo o rio Tietê retificado para, mais tarde, receber as suas atuais vias expressas. Inúmeros outros rios e riachos que corriam livremente pela cidade foram canalizados e encobertos por grandes avenidas. Uma vez sepultados, muitos seriam transformados, nos anos subsequentes, em meras valas de esgoto.

As ações empreendidas por Prestes Maia, no entanto, não eram um consenso, ao menos no meio acadêmico, tendo por principal opositor o nome do engenheiro Luiz Ignácio de Anhaia Mello (1891–1974). O confronto entre os dois urbanistas, iniciado na década de 1930, se tornaria constante nas décadas de 1940 e 1950 (FICHER, 2005). “A diferença teórica marcante está na opinião sobre o crescimento da capital paulista. Enquanto Prestes Maia entendia que se deveria organizar o crescimento da cidade, Anhaia Mello defendia um limite para a expansão urbana” (TIMÓTEO, 2008, p.8). Anhaia Melo priorizava por conceitos como o de uma cidade polinuclear, ou seja, composta por vários núcleos urbanos com relativa autossuficiência, formando unidades de vizinhança onde seus moradores não teriam que se deslocar em longas distâncias no seu dia a dia. Os cinturões verdes também se fariam presentes em suas propostas de modo a impedir o crescimento das unidades de vizinhança, conservando-as como pequenas comunidades autossuficientes que teriam na escola primária o seu equipamento público central e primordial. A sua perspectiva partia da premissa, bastante em vigor no urbanismo inglês, de levar a cidade para o campo, defendendo que a urbe deveria se conservar em uma escala humana e não se expandir infinitamente em vista das possibilidades técnicas existentes, como as vias expressas e os arranha-céus (ARASAWA, 1999).

Como fora frequente em São Paulo, apesar dos inúmeros projetos e propostas formulados por urbanistas e engenheiros para prover a cidade de parques e sistemas de parques, grande parte deles não se efetivou, ainda que tenham sido encomendados pelas administrações públicas. Em certos casos, alguns projetos tiveram o seu início, no entanto não foram concretizados plenamente, como no caso do plano Bouvard. Em outros casos, foram reajustados ou se efetivaram de modo bastante distinto do proposto inicialmente, como no caso do Plano de Avenidas. Outros jamais foram realizados ou considerados como adequados, permanecendo engavetados, como aqueles formulados na década de 1920 para o rio Tietê. Observa-se, assim, que na história da capital paulista existiram inúmeros embate entre engenheiros que buscavam por soluções urbanísticas para a cidade, sendo o parque público sempre uma figura de destaque em seus projetos. A efetivação de seus planos, no entanto, dependia muito mais das circunstâncias políticas e econômicas do que do rigor acadêmico conferido aos projetos ou da qualidade urbanística das soluções apresentadas. De fato, era na articulação entre os reais interesses dos administradores públicos e da iniciativa privada que se manifestavam os verdadeiros planos que a cidade de São Paulo haveria de seguir. Nesse jogo de poderes políticos e econômicos, os parques públicos representaram a linha mais tênue, perdendo a população de São Paulo a oportunidade usufruir de grande parte dos espaços verdes outrora existentes no seu interior de sua cidade.

Nota 3 – Recreação e educação ao ar livre

Anhaia Mello teve duas rápidas passagens como prefeito de São Paulo entre dezembro de 1930 e dezembro de 1931, ou seja, antes de Prestes Maia assumir o cargo em 1935. Apesar de pouco conhecida, a sua atuação frente à prefeitura, ainda que breve, foi de grande importância para efetivar uma de suas principais propostas urbanísticas, o recreio ativo organizado em parques públicos. O primeiro equipamento de recreação infantil de São Paulo, construído no Parque Dom Pedro II, foi inaugurado em sua administração, mais precisamente no natal de 1931 (INAUGURA-SE, 1931).

A atuação de Anhaia Mello para a efetivação da proposta dos *playgrounds*, como eram chamados na época, iniciara-se durante a administração do prefeito José Pires do Rio (1880-1950) em articulação conjunta com o Rotary Club. Ao longo dos anos de 1928 e 1929, Anhaia Mello proferiu uma série de conferências no Instituto de Engenharia, onde expôs grande parte de suas teorias urbanísticas, tendo dissertado, no mês de abril de 1929, a respeito dos recreios ativos e organizados para as cidades modernas (FICHER, 2005). Nesse mesmo ano, o médico baiano Edmundo de Carvalho,

na condição de presidente do Rotary Club de São Paulo, propusera que os terrenos baldios da cidade fossem utilizados para a educação física infantil. A ideia era de que prefeitura isentasse os proprietários de impostos sobre seus terrenos inutilizados e o governo estadual facilitasse a instalação de água e luz nos mesmos, enquanto que o Rotary Club entraria com a administração do local para servir, a partir de então, à educação física das crianças de São Paulo. Previa-se, ainda, o apoio dos profissionais do Serviço Sanitário estadual na orientação das atividades ofertadas (BITTENCOURT, 1991). Carvalho, na verdade, já vinha há alguns anos tentando criar o Instituto de Cultura Physica da Infância, tendo conseguido, em 1922, a concessão de um terreno de propriedade da prefeitura no bairro da Água Branca para implementá-lo (SÃO PAULO, 1922). Em junho de 1929, Anhaia Mello foi convidado para dissertar novamente sobre os recreios ativos, mas agora na sede do Rotary Club. Não se tratava, no entanto, de uma simples ocasião para repetir as ideias e falas proferidas anteriormente no Instituto de Engenharia, mas de uma reunião organizada junto aos poderes públicos, estando presentes o diretor do Serviço Sanitário, Geraldo Horácio de Paula Souza (1889-1951), também rotariano, e o então prefeito, José Pires do Rio.

As obras do *playground* do Parque Dom Pedro II iniciaram-se logo em seguida a reunião com a instalação de um barracão, piscina infantil, gangorras, balanços e outros brinquedos fabricados pelo Liceu de Artes e Ofícios. Unia-se, desse modo, as condições políticas, teóricas e técnicas para a instalação e manutenção do primeiro equipamento público de recreação dirigida da cidade de São Paulo. Como visto anteriormente, a intenção de equipar o Parque Dom Pedro II com uma área de jogos para crianças era bastante antiga, já presente no projeto paisagístico elaborado por Cochet em 1914, o que não viria a se concretizar na inauguração do parque em 1922. A abertura do *playground* ocorreu em 1931, durante a passagem de Anhaia Mello como prefeito de São Paulo. Logo em seguida, passou a administração do local à Cruzada Pró-Infância, organização filantrópica fundada em agosto de 1930 pelas educadoras sanitárias formadas no curso oferecido pelo Serviço Sanitário dirigido por Paula Souza (ROCHA, 2005; MOTT, BYINGTON, ALVES, 2005). O sistema de recreio ativo pensado por Anhaia Mello, mantinha, assim um caráter assistencial e procurava melhorar as condições de vida das famílias operárias, criando equipamentos recreativos onde a população sem acesso aos clubes e associações esportivas poderiam desfrutar de práticas corporais ao ar livre e, ao mesmo tempo, receber assistência médica. De modo mais geral, os parques se inseriam na sua proposta urbanística com o objetivo de estimular a vida em comunidade e manter a cidade em uma escala humana, estruturando-se como o centro

das unidades de vizinhanças (TIMÓTEO, 2008). Em 1933, segundo informação de Niemeyer (2002, p.86), Anhaia Mello providenciou junto à família Jafet a construção do segundo *playground* paulistano, instalado em um terreno no bairro do Ipiranga, onde a família mantinha sua tecelagem. Ao que tudo indica, a elaboração do projeto do novo recinto de recreio ativo contou com a colaboração do educador Fernando de Azevedo (1960, p.307-324)¹⁰, intelectual brasileiro dedicado à educação física e que ficou reconhecido pela sua atuação junto aos movimentos brasileiros de renovação pedagógica, denominados amplamente como escola-nova. A inauguração do segundo *playground* paulistano seria realizada na gestão do prefeito seguinte, Fábio da Silva Prado (1887-1963).

É de grande relevância enfatizar que esses primeiros *playgrounds* foram concebidos a partir da convergência de ideias e ações de diferentes atores sociais, ligados ao urbanismo, como no caso de Anhaia Mello, à higiene pública, no que se refere a Paula Souza, e à educação, representada pela participação de Fernando de Azevedo. Apesar de atuarem em áreas distintas, fora o conhecimento de uma série de experiências postas em prática nos Estados Unidos que possibilitou a formulação das primeiras propostas de recreação infantil dirigida para a cidade de São Paulo. As conferências feitas por Anhaia Melo, por exemplo, apresentavam inúmeras citações e informações de autores e associações recreativas estadunidenses, as quais dariam origem ao que a pesquisadora Cranz (1982) definiu como o movimento de Reform Parks. No projeto formulado por Fernando de Azevedo, as referências às experiências norte-americanas também se faziam presentes e extensas. Paula Souza, por sua vez, mantinha uma estreita ligação com a Fundação Rockefeller e os modelos de saúde pública adotadas naquele país. Nesse sentido, os primeiros *playgrounds* infantis paulistanos procuraram associar a recreação à educação e à saúde pública, sendo o conhecimento das iniciativas postas em prática nos Estados Unidos indispensáveis para a sua concepção.

Ainda em 1934, com a criação da Comissão de Recreio Municipal, foram iniciados os primeiros movimentos para transformar os *playgrounds* em uma política pública e não mais uma ação filantrópica. Assim como estabelecido anteriormente por Anhaia Mello, a intenção (expressa também no ato de criação da referida comissão) era

¹⁰ A ideia de instalar uma praça de jogos infantis no local era, na verdade, mais antiga. Datava pelo menos de 23 de outubro de 1924, quando o então prefeito Firmino de Moraes Pinto (1861-1938) enviou correspondência a Fernando de Azevedo solicitando a elaboração de um projeto específico para o local.

de se criar um sistema de recreio ativo e organizado no município. Nesse mesmo momento começou a se articular entre um grupo de intelectuais, ligado ao movimento modernista, a criação do Departamento de Cultura com o objetivo de difundir o acesso à cultura aos moradores da cidade de São Paulo. O grupo de intelectuais era formado por nomes como Paulo Duarte (1899-1984) e Mário de Andrade (1893-1945), tendo contado ainda com a colaboração próxima de Anhaia Mello e Fernando de Azevedo. Estabelecido no ano de 1935, na administração do prefeito Fábio Prado, o Departamento de Cultura viria a se responsabilizar pelos *playgrounds*, que então passariam a se denominar como Parques Infantis. De modo geral, estas instituições ofereciam serviços de biblioteca, assistência alimentar, odontológica e médica e um amplo conjunto de práticas educativas ligadas à educação física e à educação artística. Apesar de terem sido qualificados na época como instituições extraescolares, os Parques Infantis foram uma política pública de grande importância para assegurar o direito à educação a uma parcela maior da população, tendo em vista o número reduzido de instituições de ensino infantil existentes na cidade. Faria (1994) chegou a considerá-los como os principais responsáveis pela construção da pedagogia infantil em São Paulo. Ao longo dos anos seguintes foram instalados em diversos bairros operários paulistanos, como Ipiranga, Lapa, Santo Amaro, Tatuapé, Barra Funda e Catumbi, atingindo em 1960 a surpreendente marca de 61 unidades (NIEMEYER, 2002, p.161). Prefeituras de outros municípios do estado de São Paulo também criaram seus próprios Parques Infantis, como Pirajuí, Ribeirão Preto, Marília e Campinas (FONSECA, FERREIRA, PRANDI, 2015). Conforme analisado por Bartalini (1999, p.129), no município de São Paulo, “nunca se chegou a esboçar e levar à realização um plano semelhante ao dos ‘parques infantis’ para os parques públicos propriamente ditos”.

É importante ressaltar que as análises realizadas pela literatura científica sobre as ações do Departamento de Cultura e dos Parques Infantis, especialmente no que diz respeito ao seu primeiro período de existência, quando Mario de Andrade esteve a frente de sua gestão entre 1935 e 1938, oscilam entre um caráter disciplinador, de aspecto autoritário, e uma forma de difusão cultural como expressão da cidadania. Autores como Sandroni (1988), Costa (1997), Hortale (1990), Raffaini (2001), Danailoff (2006), entre outros, analisaram que as ações promovidas pelos Parques Infantis visavam sobretudo inculcar uma identidade nacional aos filhos de imigrantes, integrando-os coercivamente a sociedade brasileira, além de docilizar e preparar o corpo infantil para o trabalho fabril. Destacam ainda que os Parques Infantis configuraram-se como um forma de controle social a serviço exclusivamente da prevenção da delinquência infantil e da

criminalidade. Em outra linha de análise se inserem as pesquisas de Dassin (1978), Faria (1993), Niemeyer (2002), Barbato Júnior (2004), Gobbi (2011), entre outros, que analisaram as propostas dos Departamento de Cultura e dos Parques Infantis como uma forma de universalizar o acesso à cultura e à educação por meio da vivência lúdica, ou seja, como uma forma de difundir a arte para uma parcela da população para a qual até então se negava esta forma de expressão humana. Relatam ainda o caráter vanguardista dessas ações que promoviam uma íntima ligação entre pesquisa, difusão cultural e intervenção social a favor de uma dinâmica humana de transformação da sociedade.

É possível observar, por meios do conjunto de investigações consultadas, a coexistência, na época, de discursos que ratificavam ambas posições, mesmo entre os criadores e gestores dos Parques Infantis. Como considerado por Abdanur (1994, p.270), é certamente inevitável ao historiador “o incomodo de um projeto cultural em tantos aspectos claramente progressistas concretizado num ambiente político autoritário e conservador”. O aspecto contraditório assinalado pela pesquisadora se refere ao fato dos intelectuais envolvidos na criação e gestão do Departamento de Cultura conseguirem estabelecer uma certa autonomia em relação ao próprio Estado durante os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas. De modo sucinto, o referido grupo de intelectuais teria se utilizado do aparelho do Estado, marcado por um governo conservador, para por em ação um projeto progressista de política cultural (BARBATO JÚNIOR, 2004). Tal contradição pode, de certa forma, explicar a divergência de análises elaboradas por distintos historiadores sobre as ações do Departamento de Cultura, ora filiando-as a uma política disciplinadora e autoritária, ora concebendo-as como expressão da cidadania. O mais interessante, no entanto, é observar que esse aspecto ambíguo pode ter sido justamente o que conferiu o suporte social e político para que os Parques Infantis se estruturassem como uma política pública contínua até meados da década de 1960. Como analisado por Niemeyer (2002), fora exatamente por conta das inúmeras possibilidades de interpretação dos Parques Infantis, tanto por uma linha argumentativa mais conservadora quanto mais progressista que esses estabelecimentos conseguiram chamar a atenção de diferentes parcelas da sociedade, sendo criados em grande número ao longo de sucessivas gestões municipais.

Em 1939, uma outra iniciativa educativa seria colocada em prática em um parque da cidade de São Paulo. Tratava-se da Escola de Aplicação ao Ar Livre de São Paulo,

instalada no interior do Parque da Água Branca¹¹ pelo médico Edmundo de Carvalho, antigo presidente do Rotary Club (DALBEN, 2015). A escola fora mantida no parque até 1954, sendo nesse período de responsabilidade do Departamento de Educação Física, órgão administrativo subordinado à Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública de São Paulo e dirigido por Edmundo de Carvalho entre 1938 e 1940. No interior do parque não havia nenhum edifício projetado para abrigar uma instituição de educação básica¹². As atividades escolares ocorriam ao ar livre e utilizavam-se de carteiras e quadros negros leves e portáteis, especialmente concebidos para que as aulas ocorressem debaixo das árvores ou em qualquer outro local aprazível (fig. 2). Os equipamentos e a natureza do parque, como suas cercas, árvores e gramados, seriam utilizados para as aulas de educação física e de ensino prático (fig. 3). As suas instalações, materiais escolares e uniformes em nada revelavam um caráter precário. A escola se apropriava de um modelo concebido internacionalmente, o das escolas ao ar livre (DALBEN, 2014).

O sucesso alcançado pela escola entre a população do bairro da Água Branca fora grande, havendo anos que vagas excedentes tinham que ser sorteadas devido a grande procura de pais em matricular seus filhos nessa instituição de ensino. No final do ano de 1946, começaram a aparecer na imprensa, de modo mais numeroso, os protestos de pais contra o fechamento da instituição, a qual se via então ameaçada em virtude de um pedido da Secretaria da Agricultura para ocupar os galpões que haviam servido, até então, como refeitório, depósito, almoxarifado e sala de aula durante os dias de chuva (DALBEN, 2015). Em 1954, a escola passou a ocupar um edifício especialmente construído pelo acordo do Convênio Escolar¹³ nas cercanias do Parque da Água Branca. Em conjunto com a iniciativa municipal dos Parques Infantis, a Escola de Aplicação ao Ar Livre possibilitou a existência de uma educação ao ar livre bastante inovadora no interior da cidade de São Paulo, ou seja, de uma educação realizada junto à natureza,

¹¹ Criado pela Secretaria da Agricultura em 1929, o Parque da Água Branca nascera como uma aposta na ciência para alavancar a economia paulista, tendo por função servir como um recinto para exposições agropecuárias e provas zootécnicas, contando ainda com um completo campo experimental. O seu nome oficial, Parque Fernando Costa, é uma homenagem ao secretário estadual da agricultura responsável pela sua criação.

¹² A Escola de Aplicação ao Ar Livre oferecia educação infantil e o primeiro ciclo do ensino fundamental.

¹³ Trata-se de um acordo firmado entre a prefeitura de São Paulo e o Estado em 1943. O Convênio Escolar projetou e construiu até o ano de 1959 um grande número de edifícios escolares que adotam uma arquitetura modernista e oferecem amplos espaços abertos, tendo por referência principal as escolas-parques criadas pelo educador Anísio Teixeira (1900-1971) (ABREU, 2007).

mesmo quando a cidade de concreto começou a se sobrepôr de modo mais implacável sobre as áreas verdes (DALBEN, 2009, 2014; SOARES, 2016).



Figura 2 - Aula - Escola de Aplicação ao Ar Livre de São Paulo. Fonte: Revista Brasileira de Educação Física, v.2, n.13, p.28, Jan. 1945.



Figura 3 - Atividades físicas - Escola de Aplicação ao Ar Livre. Fonte: Revista Brasileira de Educação Física, v.2, n.13, p.8, Jan. 1945.

3 - Considerações finais

Por fim, tomo licença para abrir um debate mais amplo, procurando interligar a educação, o urbanismo e o meio ambiente. Questiono: Não nos ensinariam os parques infantis e a escola ao ar livre paulistana, uma nova forma de pensar não apenas a arquitetura escolar, mas também o processo educacional como um todo, inclusive os conteúdos escolares relacionados ao meio ambiente? Não nos ensinariam estas iniciativas uma forma de educação ambiental encarnada, vivenciada a partir da prática, passível de se enraizar em nós ao longo do nosso processo formação escolar? Mais do que temas transversais, a natureza poderia se fazer a base do sistema educativo como um todo, de seus métodos de ensino, de seus conteúdos e espaços educativos. Não nos ensinariam essas experiências novas possibilidades para pensarmos a criação de uma cidade-educadora, na qual seu próprio ambiente, previamente planejado, poderia representar o melhor recurso para a formação das novas gerações? Não se trata, assim, apenas de um resgate histórico, mas de refletirmos novas possibilidades para concebermos uma São Paulo mais humana, estabelecendo relações entre a cidade, a natureza e a educação como um todo.

4. Referências

ABDANUR, E. Parques infantis de Mário de Andrade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, v.36, pp.263-270, 1994.

- ABREU, I. R. N. **Convênio Escolar: utopia construída**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) Universidade de São Paulo, 2007.
- ARASAWA, C. H. **A árvore do urbanismo de Luiz de Anhaia Mello**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de São Paulo, 1999.
- BARBATO JÚNIOR, R. **Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2004.
- BARTALINI, V. **Parques públicos municipais de São Paulo: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação**. Tese (doutorado em arquitetura) Universidade de São Paulo, 1999.
- BITTENCOURT, A. B. **Comunhão leiga: o Rotary Club no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, 1991.
- BLOCH, M. **Apologia da história: ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editor, 2001
- COSTA, A. T. **Ler (n)a cidade: políticas de popularização da leitura em São Paulo (1935-1938)**. Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- COSTA, M. C. L. **O discurso higienista definindo a cidade**. *Mercator*, Fortaleza, v.12, n.29, p.51-67, set/dez. 2013.
- CRANZ, G. **The politics of park design**. Cambridge: The Mit Press, 1982.
- DALBEN, A. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Estadual de Campinas, 2009.
- DALBEN, A. **Mais do que energia, uma aventura do corpo: as colônias de férias escolares na América do Sul (1884-1950)**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- DALBEN, A. Inovações pedagógicas de uma educação do corpo ao ar livre: a Escola de Aplicação ao Ar Livre do Estado de São Paulo. In: **VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**, Maringá, 2015.
- DANAIOLOF, K. **Crianças na trama urbana: as práticas corporais nos Parques Infantis da São Paulo dos anos 1930**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- DASSIN, J. **Política e poesia em Mário de Andrade**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- DIAS, C.; OHTAKE, R. **Jardim da luz: um museu a céu aberto**. São Paulo: SESC/SENAC, 2011.
- DOREA, A. G. R. **Aclimação: história dos bairros de São Paulo**, v.19. São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico, 1982.

- EMPLASA (São Paulo). **Reconstituição da memória estatística da Grande São Paulo**. São Paulo: Emplasa, 1980.
- ESCOLAS Sete de Setembro. Aulas ao ar livre. **Correio Paulistano**, 05 de março de 1921, p.4.
- FARIA, A. L. G. **Direito à Infância: Mário de Andrade e os parques infantis para as crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-1938)**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, 1994.
- FICHER, S. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. São Paulo, EDUSP, 2005.
- FONSECA, S. C.; FERREIRA, D. M; PRANDI, M. B. R. **O Departamento de Educação Física de São Paulo e a interiorização dos parques infantis: o caso de Ribeirão Preto**. *História e Cultura*, Franca, v.4, n.2, Set. 2015.
- GOBBI, M. A. **Desenhos de outrora, desenhos de agora: Mário de Andrade colecionador de desenhos e desenhista**. São Paulo: Annablume, 2011.
- HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- INAUGURA-SE hoje, às 10 horas, o 'playground' do parque D. Pedro II. *Diário Nacional*. 23 de dezembro de 1930.
- JORGE, J. **Tietê: o rio que a cidade perdeu, São Paulo 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006
- KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini Editora, 1993.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1969.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2010.
- MACEDO, S., S. **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, 1999.
- MAGALHÃES, C. M. **O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil: memória, inventário e salvaguarda**. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- MAGALHÃES, F. S. **Maçonaria e educação: contribuições para o ideário republicano (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.
- MOTT, M. L.; BYINGTON, M. E. B.; ALVES, O. S. F. **O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editorias, 2005
- NICOLINI. H. **Tietê: o rio do esporte**. São Paulo: Phorte Editora, 2001.
- NIEMEYER, C. A. C. **Parques infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania**. São Paulo: Annablume, 2002.

OLIVEIRA, F. L. **Modelos urbanísticos modernos e parques urbanos: as relações entre urbanismo e paisagismo em São Paulo na primeira metade do século XX.** Tese (doutorado em arquitetura) Universitat Politècnica de Catalunya, 2008.

PARKER, B. Two years in Brazil. **The garden cities and town planning magazine**, v.9, n.8, Ago, 1919.

RAFFAINI, P. T. **Esculpindo a cultura no forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938).** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

REIS FILHO, N. G. **São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos.** São Paulo: HUCITEC, 1994.

ROCHA, H. H. P. A educação sanitária como profissão feminina. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 24, p. 69-104, jun. 2005.

SÃO PAULO, *Lei n. 2553.* Auctoriza a prefeitura a ceder, a titulo gratuito, o uso e gozo de um terreno do patrimonio municipal, á avenida agua branca, para a installacão e funcionamento do "instituto de cultura physica da infancia". 21 de outubro de 1922.

SANDRONI, C. **Mário contra Macunaíma: cultura e política em Mário de Andrade.** São Paulo: Vértice, 1988.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SEGAWA, H. **Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SOARES, C. L. **Uma educação pela natureza: a vida ao ar livre, o corpo e a ordem urbana.** Campinas: Autores Associados, 2016.

TIMÓTEO, J. P. **A cidade de São Paulo em "escala humana": Luiz de Anhaia Mello e sua proposta de recreio ativo e organizado.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas, 2008.